

FREI CLODOVIS M. BOFF, OSM

DOGMAS
MARIANOS
SÍNTESE CATEQUÉTICO-PASTORAL

AM
EDITORA
AVE-MARIA

COMO INTERPRETAR OS DOGMAS MARIANOS

I. POR QUE SE FALA TANTO HOJE DE MARIA, QUANDO A BÍBLIA FALA TÃO POUCO DELA?

É verdade, são poucas as passagens do Novo Testamento (NT) que falam de Maria: apenas 142 versículos. Contudo, são versículos riquíssimos, carregados de sentido. Eles frutificaram ao longo da história. A mariologia é um dos casos mais típicos do “desenvolvimento dos dogmas”. Pode-se aplicar a ela a parábola do “grão que cresce sozinho”: *a terra produz primeiro a planta, depois a espiga e, por último, o grão abundante na espiga* (Mc 4,28).

De resto, a consciência da importância da Virgem começou já dentro do NT. É só comparar a “mariologia primária” (grão debaixo da terra) de S. Marcos e de S. Paulo com a “alta mariologia” de S. João (espiga cheia), passando pela “mariologia biográfico-espiritual” de Lucas. No verdadeiro desenvolvimento do dogma, nada se inventa, tudo se descobre. Vai-se do implícito ao explícito. Surgem então novas perspectivas, não propriamente dados novos.

II. QUANTOS SÃO OS DOGMAS MARIANOS E COMO ELES SE RELACIONAM ENTRE SI?

Os dogmas marianos são quatro ao todo. A história dos dogmas marianos mostra que os dois primeiros (Maternidade e Virgindade) seguem um modelo de desenvolvimento diferente dos dois últimos (Imaculada e Assunção), como mostra o quadro comparativo a seguir:

MATERNIDADE E VIRGINDADE	IMACULADA E ASSUNÇÃO
Declarados no Oriente	Declarados no Ocidente
Nos primeiros séculos	Nos dois últimos séculos
Por decisão de concílios	Por decisão de papas
Contra os hereges (dentro da Igreja)	Contra ideias do tempo (fora da Igreja)
Clara base na Bíblia	Base na Tradição, só indireta na Bíblia
Comuns às Igrejas cristãs em geral	Dogmas exclusivos da Igreja Católica

Eles se articulam segundo a “conexão dos mistérios” (*nexus mysteriorum*: DH¹ 3016). Estão organizados em duas duplas:

– 1ª dupla: Maternidade e Virgindade. É um mistério só, mas com dois aspectos. A Maternidade é o dogma central; a Virgindade é um aspecto que realça a Maternidade;

– 2ª dupla: Imaculada (começo da vida de Maria) e Assunção (final de sua vida). Esses dois dogmas, assim como a Virgindade, estão a serviço da Maternidade: a Imaculada a prepara e a Assunção a coroa.²

III. ONDE SE FUNDAMENTAM OS DOGMAS MARIANOS?

Os dogmas estão fundamentados na Bíblia, lida, porém, de acordo com a Tradição, como costuma fazer a exegese católica. Expliquemos:

.....
¹ DH = Denzinger-Hünemann, São Paulo: Paulinas/Loyola, 2007. Trata-se de uma coleção clássica de documentos do Magistério, que os expõe em ordem cronológica. Existe agora, em português, uma coleção semelhante, que segue, porém, a ordem temática: COLLANTES, J. (org.). *A fé católica: documentos do magistério da Igreja*. Anápolis/Rio de Janeiro: Lumen Christi, 2003; há aí uma lista de correspondências com DH.

² Para a história dos dogmas marianos, cf. SÖLL, G. *Storia dei dogmi mariani*. Roma: LSA, 1981; talvez o melhor trabalho no gênero.

1- Bíblia

A Bíblia contém materialmente toda a Revelação. Também os quatro dogmas: os dois primeiros explicitamente ou quase; os dois últimos, só implicitamente. Para explicitá-los, é necessária justamente a Tradição. Esta não substitui a Bíblia, mas a esclarece e a interpreta, conferindo-lhe “certeza” (cf. *Dei Verbum* 9).

2- Tradição

A tradição é a própria Bíblia enquanto lida piedosamente pela Igreja ao longo dos séculos. Essa leitura viva não fica só na “letra”, mas chega ao “espírito” da Palavra, capta seu sentido profundo e o torna pleno e claro. Trata-se da grande Tradição (com *T* maiúsculo, a *Parádosis*), que é imutável em sua substância, mas cresce em sua compreensão. É diferente das “pequenas tradições” (com *t* minúsculo), que são mutáveis e superáveis.

A Tradição (Igreja compenetrando-se da Palavra de Deus) constitui o “princípio formal” da Escritura – “formal” no sentido de interpretativo ou explicitante. Isso significa que só a Tradição nos dá “certeza” dogmática em relação às verdades da fé, no caso, referentes à Virgem. A *sola Scriptura* dos Evangélicos é um princípio estreito, que leva frequentemente à idolatria da Bíblia. Contra isso, deve-se dizer que a Esposa de Cristo é a Igreja, não a Bíblia. Esta contém apenas as “cartas de amor” do Esposo. E mesmo essas cartas não contêm todos os “segredos” do Esposo, pelo menos não claramente.

A Tradição se transmite por vários canais, especialmente os seguintes:

a) “O senso dos fiéis” (*sensus fidelium*). É a intuição ou percepção que o Povo de Deus (sempre com seus Pastores) tem acerca da verdade da fé. É um “faro espiritual” ou “instinto de fé”. São as “razões do coração” que crê, as quais valem de modo todo especial na mariologia, pois se trata de uma figura queridíssima ao coração

dos fiéis. Quando o Povo de Deus acredita em alguma coisa “em muitos lugares, por muito tempo e através de muita gente” (*quod ubique, quod semper, quod ab omnibus*), como dizia S. Vicente Lerinense, ele não se engana. É a “infalibilidade *in credendo*” (no crer), que complementa a “infalibilidade *in docendo*” (no ensinar), a qual é da competência dos Pastores (*Lumen Gentium [LG] 12*). Ora, os dogmas marianos apelam de modo decisivo, especialmente os dois últimos, para o “senso dos fiéis”. Este se manifesta de muitas formas, especialmente por meio destes três subcanais:

- o *culto*, seja ele litúrgico, seja da piedade popular;
- os *Santos Padres*, na qualidade de intérpretes do sentimento dos fiéis, particularmente em suas homilias; e
- *outras formas*, como os apócrifos, as imagens e pinturas, os exemplos dos santos, as aparições etc.

b) O magistério (concílios, papas e bispos). Além de “passar adiante” a doutrina da fé, compete à instância da autoridade sagrada discernir as “descobertas” mariológicas do povo fiel e aprovar as boas.

c) A teologia. Ela também desenvolve a *Parádosis*, mas agora de modo metódico. Devemos reconhecer que a razão teológica teve, em geral, muita dificuldade em aceitar os dogmas marianos. Não é de admirar, pois o Pai ama esconder seus segredos aos “sábios e entendidos” e revelá-los aos “pequenininhos” (cf. Mt 11,25).³

³ Para uma visão mais aprofundada dos dogmas marianos, cf. TEMPORELLI, C. *Maria, mulher de Deus e dos pobres: releitura dos dogmas marianos*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 263. Pode-se encontrar uma explicação dos quatro dogmas em qualquer tratado sistemático de mariologia, como: BOFF, L. *O rosto materno de Deus*. Petrópolis: Vozes, 1979; FORTE, B. *Maria, a mulher ícone do mistério*. São Paulo: Paulinas, 1991; GEBARA I. e BINGEMER, M. C. *Maria, mãe de Deus e mãe dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1987; MURAD, A. *Maria, toda de Deus e tão humana*. Valência/São Paulo: Siquem/Paulinas, 2004.

IV. MARIA: MULHER MISTERIOSA

Os dogmas são “mistérios”, maravilhas, milagres – palavras que evocam tudo o que Deus operou em Maria. As verdades dogmáticas são “abismos de luz”. São como janelas que se abrem para o mistério infinito. Ficar no texto dos dogmas, sem ver o que tem por baixo, é ficar examinando a janela em vez de lançar o olhar ao panorama que dela se descortina.

Portanto, os dogmas nos fazem ver a face mais interna e mais profunda da pessoa da Mãe de Deus. Mostram-na como uma “Mulher misteriosa”, verdadeiramente “divina e maravilhosa”. Revelam como o próprio Deus vê Maria, em toda a sua verdadeira grandeza. Os dogmas representam a mariologia “esotérica”, aquela que nos faz contemplar a Virgem como que tirando o véu e fazendo ver seu rosto de luz e de beleza. Os dogmas não são para “principiantes”, mas para os “iniciados”. Eles evidenciam, na Toda-bela, a que extremos chegou Deus em sua potência, amor e sabedoria. Por isso suscitam a contemplação, a celebração e, enfim, o anúncio.

V. QUE SIGNIFICAM OS DOGMAS MARIANOS? FALAM FINALMENTE DO QUÊ?

Os dogmas marianos falam natural e diretamente de Maria: são privilégios, graças muito especiais que ela recebeu de Deus. Mas não só isso; eles falam também de Cristo: a Virgem recebeu essas graças, em função de Cristo. Finalmente, os dogmas falam de nossa salvação: representam tarefas que Maria assumiu em proveito de toda a humanidade. Em outras palavras, os dogmas falam da Virgem para falar de Jesus e também de nós. Assim, a verdade sobre Maria serve de “muro de proteção” para as verdades referentes a Cristo e à nossa Salvação. Desse modo, impugnar um dogma mariano é como derrubar esse muro e deixar a doutrina de Cristo e de nossa salvação exposta a ataques e saques.

A seguir faremos a exposição de cada dogma, seguindo um esquema em três partes: 1. *dados da fé* – o que devemos crer; 2. *explicação do dogma* – o que ele significa, primeiro para Maria mesma e depois, para Cristo e 3. finalmente, as *aplicações do dogma* – para nossa vida hoje.

MATERNIDADE DIVINA

I. DADOS DA FÉ

1- Bases bíblicas

a) Mãe de meu Senhor (Lc 1,43). “Senhor” é na Bíblia um nome divino: é aplicado a Deus e ao Messias-Rei enquanto representante de Deus.

b) Ele será grande e será chamado Filho do Altíssimo (Lc 1,32). Maria, portanto, é a Mãe do Filho de Deus.

c) Eis que uma Virgem conceberá e dará à luz um filho, que se chamará Emanuel, que significa: Deus-conosco (Mt 1,23 e Is 7,14).

Note-se que o NT usa em geral a expressão “Mãe de Jesus” para falar de Maria. Sabemos, porém, que Jesus é Deus. Logo, Maria é Mãe de Deus.

2- Magistério

O Concílio de Éfeso (431) declarou que Maria é “Mãe de Deus” (*Theotókos, Dei Genitrix, Deipara*); porém, “segundo a carne” assumida pelo Verbo. Trata-se, contudo, de uma declaração indireta, já que o Concílio retoma, aprovando claramente, uma carta (a segunda) de S. Cirilo a Nestório, na qual diz: “Eles (os Santos Padres) não duvidaram em chamar a Santa Virgem de *Theotókos*... porque nasceu d’Ela o Verbo... segundo a carne” (DH 251).

Já em outra carta de Cirilo a Nestório, que não se sabe bem se o Concílio aprovou ou não, temos o seguinte anatematismo (condenação), que, contudo, vai na linha da carta

anterior: “Se alguém não confessa que o Emanuel é Deus no verdadeiro sentido da Palavra, e que, por isso, a Santa Virgem é *Theotókos* porque gerou, segundo a carne, o Verbo que é de Deus, seja condenado” (DH 252).

É que o patriarca da Constantinopla Nestório só aceitava o título “Mãe de Cristo” (*Christotókos*) ou o de “Portadora de Deus” (*Theotochos*).

O título *Theotókos* foi confirmado como “verdadeiro” pelos Concílios ecumênicos subsequentes: Calcedônia em 451 (DH 300-301), Constantinopla II em 553 (DH 427) e Constantinopla III em 681 (DH 555).

Veja também o *Catecismo da Igreja Católica*, n. 495, 466-467 (Mãe de Deus); e n. 967-970 (Mãe dos fiéis).

3- Senso dos fiéis

Nos primeiros séculos, o termo *Theotókos* era usado pelos pagãos para deusas-mães como Cibele, Astarté, Ishtar e especialmente a grande deusa egípcia Ísis, “mãe do deus” Hórus, muito cultuada na Antiguidade. O povo cristão assumiu *Theotókos*, e aplicou-o àquela que é a verdadeira “Mãe de Deus”: Maria. Esse nome já se encontra na prece de súplica mais antiga (entre o século III e IV) dirigida a Maria, o *Sub tuum praesidium*: “À vossa proteção recorremos, Santa Mãe de Deus” (cf. LG 66 e nota 21). O grande Orígenes († ca. 253) já tinha aplicado esse apelativo à Virgem, não sem levantar polêmicas dentro da Igreja.

Hoje, o título “Mãe de Deus” é familiar ao povo fiel. Está na segunda parte da Ave-Maria: “Santa Maria, Mãe de Deus”. Ademais, a imagem mariana mais popular é a da “Mãe com o Menino”. Assim aparece a Virgem nas catacumbas desde o século II. Assim também a pintam frequentemente os artistas cristãos, intérpretes do sentimento popular.

II. EXPLICAÇÃO DA MATERNIDADE DIVINA DE MARIA

1- Como Maria pode ser Mãe de Deus se Deus é eterno?

Era a objeção dos nestorianos. Nessa linha, o grande teólogo Teodoro de Mopsuéstia († 427) declarava a própria noção de *Theotókos* uma “loucura”. Contudo, o Concílio de Éfeso e os seguintes explicaram que Maria é verdadeiramente Mãe de Deus, mas “segundo a carne”, ou seja, segundo a humanidade de Jesus. Pois Jesus é uma pessoa, e ser mãe é ser mãe de uma pessoa, que, no caso, é Deus. É justamente como uma relação de pessoa a pessoa que o Vaticano II coloca na *Lumen Gentium* a maternidade da Virgem (LG 56-59).

Os Santos Padres, como Sto. Atanásio, Sto. Inácio de Antioquia e Sto. Irineu, fazem notar que as Escrituras (Lc 1,35; Gl 4,4) e os Credos professam que Jesus nasceu *de* Maria e não *em* Maria ou *por* Maria, como diziam alguns heréticos de ontem (gnósticos) e “crentes” de hoje. Para os Padres da Igreja, Maria é a *origem* de Cristo e não mero lugar. É fonte da água salvadora (cf. Jo 4), e não simples aqueduto pelo qual teria passado o corpo do Verbo, como dizia Valentino († 160), o chefe dos gnósticos.⁴

De fato, assim como se diz que Deus (Cristo) sofreu e morreu, também se pode dizer que ele teve uma mãe. Igualmente, não são simplesmente as mãos do artista que tocam guitarra, mas sua pessoa, fazendo naturalmente uso das mãos.

⁴ Para localizar as citações que aqui fazemos dos Padres da Igreja, cf. os manuais clássicos de teologia dogmática, como os de L. OTT, TANQUEREY ou BARTMANN, inclusive os modernos, como o de J.-C. R. GARCÍA PAREDES, *Mariologia* (“BAC manuales”, 1995), e também os dicionários teológicos (os verbetes relativos aos quatro dogmas marianos), em particular DE FIORES, S.; MEO, S., (dir.). *Dicionário de mariologia*. São Paulo: Paulus, 1995.

2- Dignidade quase infinita de Maria por ser Mãe de Deus

É o que afirma S. Tomás de Aquino. O Beato Duns Scotus, “doutor mariano”, declara que, depois de “Filho de Deus”, o título mais elevado é o de “Mãe de Deus”. Ela é a “Primeira depois do Único” (Y. Congar). É a “infinitamente única” (Ch. Péguy). Além disso, como enfatiza Sto. Agostinho, os dois sexos ficam honrados no plano de Deus: um pelo “Filho de Deus” e outro pela “Mãe de Deus”.

É bom saber que os grandes reformadores, como Lutero, Calvino e Zwínglio, admitiam o título “Mãe de Deus”. A propósito, eis o que diz belamente Lutero:

Foram dadas a Maria tantas e tão grandes coisas que ninguém as pode compreender... Por essa razão, ela é uma pessoa especial dentre todo o gênero humano. Ninguém se iguala a ela, porque ela tem um Filho com o Pai celeste. E que Filho! [...] Por isso, toda a glória de Maria está encerrada nesta única palavra: “Mãe de Deus”. Ninguém pode dizer algo de maior sobre Ela, ainda que tivesse tantas línguas como há folhas nas árvores, hastes de grama nos campos, estrelas no céu ou grãos de areia no mar. É preciso meditar no coração sobre o que significa ser Mãe de Deus⁵.

3- A maternidade de Maria foi plenamente consciente e voluntária

A gravidez de Maria não foi de modo algum uma “gravidez indesejada”. Isso se vê bem na Anunciação de Lucas, que mostra

⁵ Cf. LUTERO, M. *O louvor de Maria* (O Magníficat). São Leopoldo: Sinodal, 1999, p. 60.

a Virgem como uma mulher consciente, livre e decidida (*fiat*). Diz o Vaticano II: “Os Santos Padres julgam que Deus não se serviu de Maria como de instrumento meramente passivo, mas julgam-na cooperando para a salvação humana com livre fé e obediência” (LG 56).

Jesus mesmo ensina que “mãe” para Ele era quem ouvia sua palavra e a punha em prática (cf. Lc 8,21; 11,27-28). Aos seus olhos, era o que mais contava. Ora, Maria foi mãe também e sobretudo por sua fé. Por isso, os Santos Padres latinos, como Sto. Agostinho e S. Leão Magno, enfatizavam que Maria “concebeu antes na mente e depois no ventre”. O Doutor de Hipona chega a dizer: “Maria é mais feliz por ter sido discípula do Senhor do que mãe carnal do Senhor”⁶.

Ademais, se é verdade que “mãe é sempre mãe”, a maternidade de Maria cobre toda a sua vida, da concepção ao Calvário, estendendo-se à sua existência no céu e prolongando-se até o fim dos tempos. “Esta maternidade... perdura ininterruptamente... até a perpétua consumação dos eleitos” (LG 62). Poderíamos acrescentar: e continuará eternidade afora, pois – repetimos – mãe é mãe para sempre.

4- A *Theotókos* está a serviço de Cristo e de nossa Salvação

Confessar que Maria é Mãe de Deus é afirmar o realismo do mistério da Encarnação do Verbo: Jesus é verdadeiro homem, podendo sofrer e assim nos salvar. Esse dogma tem, pois, valor cristológico. Além disso, tem uma dimensão soteriológica: é para nossa salvação. Diz nesse sentido S. Paulo: *Deus mandou seu Filho, feito de mulher... para que nós rece-*

⁶ *Sermão* 25,7-8, reportado no Ofício divino, leitura da festa “Apresentação de N. Senhora” de 21 de novembro, e citado em CNBB, *Com Maria rumo ao novo milênio*. São Paulo: Paulinas, 1998, p. 92.

bêssemos a adoção filial (primeira evocação histórica de Maria no NT e a única em S. Paulo).

Por conseguinte, dizer “Maria” é dizer “Cristo” e é finalmente dizer nossa salvação. Assim, Ela contém em pequeno o mistério da salvação por inteiro. Por isso, S. João Damasceno diz: “A palavra *Theotókos* contém toda a economia (salvífica)”. S. Leão Magno é mais explícito: a fé em Maria “virgem-mãe” é como o resumo de toda a doutrina cristã. De fato, dizer “mãe” é afirmar a humanidade de Cristo e dizer “virgem” é afirmar a sua divindade. E nisso se concentra todo o Catecismo.

5- Maria, Mãe dos fiéis

Por mandato de seu Filho unigênito, Maria tornou-se aos pés da cruz mãe dos discípulos na pessoa de João, o discípulo (Jo 19,25-28). O “senso dos fiéis” percebeu cedo essa verdade, enquanto os teólogos começaram a refletir sobre ela bastante tarde, isto é, apenas a partir do século VIII, com Ambrósio Autperto.

Maria é nossa mãe precisamente porque é mãe de Cristo. Quer dizer: é a maternidade divina que é a base da Maternidade espiritual de Maria. Santo Agostinho declara que, se Maria é mãe da Cabeça, ela é também mãe dos membros. Ela é, portanto, mãe do “Cristo total” (cf. LG 53).

6- Maternidade divina de Maria: razão de seu poder de mediação

Porque mãe, Maria é medianeira. Pois, pelo fato de Ela ter sido mediadora da encarnação, isto é, porque teve a “participação mais alta e mais real na humanidade de Cristo” (A. Müller), Ela pode ser hoje a nossa medianeira junto a Deus.

Ela goza, junto ao único Mediador, de um verdadeiro “direito materno” (cf. LG 60-62; *Redemptoris Mater*, II e III). Com razão

sentencia o povo: “Peça à mãe, que o Filho atende”. Todavia, o poder da Virgem diante de Deus é um poder de ordem moral, como o da rainha-mãe junto ao trono do rei. É um “direito de impetrar, não de imperar” (Duns Scotus). Ela não é a onipotência criadora e salvadora, mas a “onipotência suplicante”.

Lutero aceitava para Maria o título de “intercessora”, por ser um título de humildade, mas não o de “advogada” e menos ainda o de “mediadora”, que seriam, ao seu ver, por demais presunçosos, aplicados a Ela.

III. APLICAÇÕES DO DOGMA DA MATERNIDADE DIVINA

1- Primeiro, a *doxologia*: louvação a Deus pelas coisas maravilhosas que operou em Maria, especialmente a Encarnação – tudo em vista da nossa salvação. E também confiança na poderosíssima mediação da Mãe de Cristo junto ao seu Filho divino.

2- Depois, a *imitação*: somos, como Maria, chamados a encarnar a Palavra, também no concreto do dia a dia e na vida em sociedade (trabalho, escola, política, mercado, mídia etc.). Como “mulher da encarnação”, a figura de Maria afasta a ideia de uma religião intelectualista e alienada. Referindo-se à maternidade da Virgem, ensina Puebla: “Sem Maria desencarna-se o Evangelho, desfigura-se e transforma-se em ideologia, em racionalismo espiritualista” (n. 301).

3- Maria é também o *protótipo* de nossa maternidade espiritual, a se realizar mediante o compromisso de fé. Cada um pode ser “mãe de Cristo” crendo na Palavra e praticando-a, como ensina Jesus (Lc 8,21). Assim, cada um pode “conceber” Cristo em seu coração pela fé e “gerá-lo” por meio do próprio testemunho de vida.

4- Os *agentes pastorais*, em particular, podem olhar para Maria como exemplo de uma outra dimensão da maternidade

espiritual, aquela que se dá mediante o trabalho pastoral. Como? Gerando Cristo vivo nos corações dos outros, pelo anúncio da Palavra e pela administração da graça sacramental, e, antes ainda, pelo próprio testemunho de vida (cf. LG 65).

5- *Para as mães*, em especial, Maria ensina a superar uma maternidade meramente biológica (carnal), fechada sobre o próprio filho ou filha, para elevar-se a uma maternidade mais alta: a maternidade espiritual (comunicando a fé e a graça), a maternidade moral (transmitindo valores) e mesmo a maternidade comunitária (abrindo-se aos filhos dos outros), como Maria fez, assumindo todos os humanos como seus filhos.

VIRGINDADE PERPÉTUA DE MARIA

I. DADOS DA FÉ

1- Bases bíblicas

Que a Virgem tenha sido mesmo virgem, este é um dado claramente atestado no NT. E ele veicula duas tradições autônomas a respeito da virgindade de Maria, uma reforçando a outra:

a) A tradição de Mateus 1,18-25, com nada menos que quatro referências à virgindade da Mãe de Jesus:

– *Antes de coabitarem, aconteceu que Ela concebeu por virtude do Espírito Santo* (v. 18);

– *O que n’Ela foi concebido vem do Espírito Santo* (v. 20);

– *Eis que uma Virgem conceberá e dará à luz um filho...* (v. 23);

– *E, sem que José a tivesse conhecido, ela deu à luz o seu filho* (v. 25).

b) A tradição de Lucas 1,34-35: *Como se fará isso, pois não conheço homem? O Espírito Santo descera sobre ti... Por isso, o ente santo que nascer de ti será chamado Filho de Deus*. A Bíblia usa conhecer para “ter relações”. Ora, Maria aqui diz que não as teve.

2- Magistério

a) Professa o Credo apostólico: “Nasceu da Virgem Maria”. E também o Credo Niceno-Constantinopolitano: “E se encarnou pelo Espírito Santo no seio da Virgem Maria”. Lá onde a tradução diz simplesmente “Virgem Maria”, a versão original grega dos dois credos diz de modo mais expressivo: “Maria, a Virgem” – a Virgem por excelência.

b) O Concílio de Constantinopla II (553) fala na “sempre-*virgem (aei-parthenos) Maria*” (DH 427).

c) Já o Sínodo de Latrão (649), regional mas de valor universal, faz da virgindade perpétua de Maria um autêntico dogma:

Se alguém não professa, segundo os Padres, que Maria, a sempre Virgem imaculada, é própria e verdadeiramente Mãe de Deus, já que Ela, nos últimos tempos, própria e verdadeiramente concebeu sem sêmen por obra do Espírito Santo, deu à luz... o Deus Verbo e permaneceu inviolada também depois do parto, seja condenado (DH 503).

d) Ensina a Constituição do Papa Paulo IV de 1555, confirmada por dois outros papas, que Maria é virgem “antes do parto, no parto e depois do parto” (DH 1880). É uma expressão lapidar, que retoma didaticamente o que disse o Sínodo de Latrão e que se tornou corrente na catequese.

e) Veja ainda para este tema: *Catecismo da Igreja Católica*, n. 496-507.

3- Senso dos fiéis

A grande Tradição (*Parádosis*) da Igreja é unânime em afirmar a virgindade perpétua da Mãe de Jesus, não só na palavra dos Santos Padres e pela liturgia (como veremos mais à frente), mas sobretudo por meio do “senso dos fiéis”. Deste último, eis algumas ilustrações, tiradas dos Santos Padres:

a) “Os amantes de Cristo não suportam ouvir dizer que a *Theotókos* deixou um dia de ser virgem” (S. Basílio).

b) “Afirmar que Maria deixou de ser virgem é um crime abominável e uma blasfêmia” (Sto. Ambrósio).

c) “Não dá para pensar, em absoluto, que... naquela carne em que nasceu a Verdade possa perecer a integridade” (virginal) (Sto. Agostinho).

d) “Aos corações dos fiéis repugna submeter Maria à maldição de Eva” (Pascásio Radberto, século IX, referindo-se ao “parto entre dores” de Gn 3,16).

A expressão “a Virgem” tornou-se cedo (desde o século II) o nome próprio de Maria, como foi o caso da designação “Cristo” para Jesus. Os Santos Padres usam “Virgem” três vezes mais do que “Mãe de Deus” (3.567 contra 1.009). Refere Sto. Epifânio: “Quem, por acaso, e quando ousou pronunciar o nome de Maria sem acrescentar de imediato ‘a Virgem’, quando interrogado?”. Aliás, até hoje, “a Virgem” é o nome que o povo mais usa para se referir a Maria. Tornou-se até uma exclamação corrente: Virgem Maria, Virgem, Vixe, Ixe.

Note-se que sempre houve na história contestações contra a virgindade de Maria, como veremos melhor logo adiante. Mas a elas a grande Igreja nunca cedeu. Guardou a fé da grande tradição, convencida de que a virgindade de Maria pertence à esfera do mistério e do milagre. Essa é uma área da exclusiva competência de Deus, como explica o Anjo à perplexa Nazarena: *A Deus nenhuma coisa é impossível* (Lc 1,37).

Por sua parte, os grandes reformadores Lutero, Calvino e Zwinglio nunca duvidaram da virgindade perpétua de Maria. Infelizmente, a maioria dos evangélicos acabou, com o tempo, perdendo essa herança preciosa.

Mesmo para o Islã, Maria é sempre virgem, como se vê no Corão (19,20; 21,91; 66,12). Para o livro santo dos muçulmanos, os judeus, negando a virgindade de Maria, nada mais fazem que levantar contra Ela uma “calúnia enorme” (4,155).

II. EXPLICAÇÃO TEOLÓGICA DA VIRGINDADE DE MARIA

1- A virgindade implica:

a) em primeiro lugar, a “virgindade do corpo”: é a normal integridade física. Para os Padres da Igreja, a virgindade de

Maria compreendia sua integridade biológica, sem, contudo, se reduzir a ela;

b) depois, a “virgindade dos sentidos”: é a não experiência de relação sexual;

c) enfim, a “virgindade do coração”: é a entrega total e perpétua a Cristo e a seu Reino. Essa é a essência da virgindade, que Maria realizou de forma insuperável.

Portanto, a virgindade de Maria não é mera virgindade simbólica ou metafórica, como pensam alguns antropólogos (por exemplo, J. Campbell) e muitos “modernos”. Não; os fatos da revelação são sempre muito “encarnados”, corpóreos e mesmo viscerais, embora sempre a serviço do Espírito.

2- A virgindade de Maria é *integral*, não só no sentido da real entrega de corpo e alma a Deus, mas também no sentido de uma entrega perpétua. Em outras palavras, a Santíssima Virgem não foi só toda de Deus, mas foi também sempre de Deus. Portanto, a sua prestação não foi passageira, mas permanente e total, sem resto algum. Maria é a “virgem absoluta” (S. Tomás).

Por isso mesmo, Maria se sentiu tão plenificada por Cristo, o consumidor de tudo, que não podia conceber “outro filho”. O amor ao seu Filho único respondia totalmente às suas expectativas de mulher (A. Serra). Depois que foi invadida e possuída totalmente pelo Espírito de Deus, Ela não podia pertencer mais a homem nenhum. Por isso afirmava Orígenes: “A dignidade de Maria exige que aquele corpo, destinado a servir ao Verbo e sobre o qual descera o Espírito Santo... não conhecesse relação sexual com homem nenhum”.

É isso que faz de Maria “a virgem” por antonomásia, ou a “sempre-virgem” (*aeiparthenos*), ou ainda a “virgem perpétua”. Na iconografia oriental, a figura da *Theotókos* traz em geral no véu três estrelas, simbolizando justamente sua tríplice virgindade.

3- A reflexão teológica cedo especificou os três momentos do mistério/milagre da virgindade perpétua de Maria: antes do

parto, no parto e depois do parto. Isso já nos inícios do século IV, com S. Zeno de Verona, S. Pedro Crisólogo e Sto. Agostinho. Expliquemos isso:

a) Antes do parto. É um dado incontestável do NT. Mas sempre houve gente que negou a virgindade de Maria até mesmo na concepção de Cristo (Jesus seria filho de José ou de outro), e isso fora da Igreja cristã e também dentro dela:

– fora da Igreja: o filósofo pagão Celso, Juliano Apóstata, os judeus, propagando a lenda negra da “origem ilegítima” de Jesus, assim como os racionalistas de hoje;

– dentro da Igreja cristã: os ebionitas, alguns gnósticos tais como Carpócrates e Cerinto, bem como vários exegetas atuais, que tratam a virgindade de Maria como mito, lenda ou mero símbolo. É preciso, porém, dizer que essas posições críticas, na verdade heréticas, são coisa de minorias, das quais o povo fiel sempre tomou distância e que o Magistério da Igreja reprovou terminantemente.

b) Depois do parto. À semelhança dos “crentes” de hoje, já no século IV houve quem afirmasse que Maria teria tido outros filhos, apelando para a expressão do NT “irmãos de Jesus”. É o caso dos antidicomarianitas (contrários à integridade virginal de Maria), do ariano Eunômio, do bispo Bonoso e especialmente do leigo Helvídio, este brilhantemente refutado por S. Jerônimo. A tradição da Igreja explicou os “irmãos de Jesus” de duas maneiras:

– seriam os *filhos de José* de um primeiro casamento, como consta de alguns apócrifos. Tal é a explicação mais aceita ainda hoje pelas Igrejas grega e síria;

– seriam os *parentes próximos* de Jesus. Disso há várias provas: (1) É o modo bíblico de falar. Por exemplo, os primos Abraão e Lot se chamam entre si de “irmãos” (Gn 13,8); (2) Tiago e José, chamados em Marcos 6,3 “irmãos de Jesus”, são em verdade

filhos de outra Maria, como se sabe lendo, mais adiante, Marcos 15,47 e 16,1; e (3) Jesus moribundo não teria confiado sua Mãe ao Discípulo amado caso tivesse tido outros irmãos carnis, como já observara Orígenes.

c) *No parto*. Este é o ponto mais delicado. O parto virginal, como a concepção virginal, só se explica *porque a Deus nenhuma coisa é impossível* (Lc 1,37). Diz Sto. Agostinho: “Nessas coisas, a razão do fato está na onipotência de quem o fez”. S. Tomás afirma, sem hesitação, que o parto de Maria foi “totalmente miraculoso”. Nesse ponto particular, a *Parádosis* da Igreja mostra uma convergência deveras impressionante:

– Primeiro, na *liturgia*. O mais antigo prefácio mariano, que remonta ao século VIII e é fixado em 1095, reza: “E conservando a glória de sua virgindade, Maria deu ao mundo a Luz eterna...”.⁷ A oração da missa de 19 de dezembro diz: “Ó Deus, que revelastes ao mundo o esplendor de vossa glória pelo parto virginal de Maria...”. Ademais, como fez notar Sto. Ambrósio, o Credo apostólico declara expressamente: “*Nasceu da Virgem Maria*”, e não apenas “foi concebido da Virgem Maria”.

– Depois, nos *Padres*. Sto. Inácio de Antioquia fala do parto da Virgem como um “mistério clamoroso” (“parto admirável”, diz Pio XII na *Mystici Corporis*). Há nesse ponto, entre os Padres, imensa unanimidade, com somente duas exceções (na verdade uma e meia): apenas Tertuliano e Orígenes, e este só em parte, dizem que o parto da Mãe de Jesus foi natural, não miraculoso. No século IV, um monge, Joviniano, afirmava que Maria “concebeu virgem, mas não gerou virgem”. Foi, porém, rebatido por gigantes como Ambrósio, Jerônimo e Agostinho.

– Também no *Magistério*. Já vimos acima as afirmações magisteriais em favor da virgindade em geral, incluindo *in partu*.

⁷ A versão portuguesa em uso tem a tradução fraca: “E permanecendo virgem”.

Quanto a esse ponto particular, eis a formulação discreta do Vaticano II: nascendo de Maria, Cristo “não lhe violou, mas consagrou a integridade virginal” (LG 57).

– Enfim, no *sensu dos fiéis*. Bastam aqui duas ilustrações interessantes. Vários apócrifos atestam a virgindade no parto, como a *Ascensão de Isaías* (n. XI), as *Odes de Salomão* (n. XIX) e especialmente o *Protoevangelho segundo Tiago* (n. XIX-XX). Este último registra que havia na comunidade um falatório sobre se Maria, depois de ter gerado Jesus, tinha ou não continuado virgem. Descreve então, segundo um realismo bem popular, a “prova ginecológica” do toque a que a Santa Virgem foi temerariamente submetida e da qual saiu vitoriosa.⁸ Há uma quadrinha popular que remonta à Idade Média e que se espalhou pelos quatro cantos da cristandade. Ela reza, na versão portuguesa:

No seio da Virgem mãe
Encarnou divina graça:
Entrou e saiu por ela
Como o sol pela vidraça⁹.

Perguntemos agora qual é o sentido *teológico* da virgindade “no parto”. É, em verdade, um sentido riquíssimo e belíssimo:

Primeiro, é um “parto divino”, isto é, digno de Deus ou conveniente à dignidade do Verbo (Papa Hormisdas, Sto. Ambrósio, S. Tomás etc.). O corpo da Virgem foi comparado por Sto. Ambrósio e S. Jerônimo à “Porta

⁸ Cf. *Protoevangelho de Tiago*, XX,1-4, publicado sob o título *História do nascimento de Maria*. Petrópolis: Vozes, 1988.

⁹ Quadrinha que teve o condão de “convencer” finalmente o comandante Rolim, fundador da TAM, acerca da virgindade de Maria, como conta na revista de bordo da companhia: *Classe*, n. 77, 1999, p. 5.

oriental” do novo templo descrito por Ezequiel (44,2), porta que ficaria sempre fechada e só se abriria à passagem do “Príncipe do Povo”. O corpo da Virgem é também visto como o *jardim fechado*, a *fonte selada*, só acessível ao Amado, Deus (Ct 4,12).

Segundo, é um “parto paradisíaco”, como teria sido o de Eva, antes do pecado. A Imaculada não foi submetida à maldição do “parto com dores”, fruto do pecado (Gn 3,16).

Terceiro, é enfim um “parto messiânico”, como o da Jerusalém do fim dos tempos, a qual *antes de sentir as dores, deu à luz um filho* (Is 66,7), segundo Sto. Irineu e S. João Damasceno. Como os milagres em geral, esse também é a antecipação da plenitude da redenção no “mundo novo”, onde “o parto se dá na alegria, sem dor” (S. Gregório de Nissa). A tanto chegou a potência do Redentor na “primeira dos redimidos”!

Note, contudo, que há hoje teólogos (A. Mitterer, J. Galot, D. Fernández, L. Boff etc.) que interpretam a virgindade no parto de modo *simbólico*, isto é, não como “integridade fisiológica” (Maria teria tido um parto normal, com dor), mas apenas como “integração espiritual”, pois ela teria integrado plenamente na fé os incômodos da gravidez e as dores do parto.¹⁰

Entretanto, essa posição, embora não desaprovada formalmente pela Igreja, atrita claramente com o sentido realista que a grande tradição deu à virgindade *in partu*, apesar de certo matiz “encratista” ou antissexo que se insinuou em vastos setores da cristandade quanto à compreensão da virgindade.¹¹

¹⁰ Cf. por exemplo BOFF, L., *O rosto materno de Deus*, op. cit., p. 160.

¹¹ Para toda a questão da virgindade de Maria, particularmente *in partu*, cf. PERRELLA, S. (OSM). *Maria, virgine e madre*. Milão: San Paolo, 2004, para o qual escrevi um posfácio.

III. APLICAÇÕES DO DOGMA DA VIRGINIDADE DE MARIA

1- Virgindade de Maria: sinal da identidade de Jesus como o Messias divino

A fé na Virgindade de Maria garante a fé na *divindade* de Jesus (enquanto a Maternidade garante a fé na humanidade de Cristo). Em termos existenciais, a Virgem é sinal de que o Messias não é criação da potência humana, mas do poder do Altíssimo, que é o Espírito Santo. Ela testemunha que o Salvador vem do céu e não da terra, que é graça de Deus e não conquista do homem, como explica muito bem o grande teólogo protestante K. Barth.

É esse também o sentido profundo que subjaz às narrações de Mateus e Lucas acerca da concepção virginal de Jesus. A expressão do Credo “o qual foi concebido do Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria” se refere respectivamente ao lado divino (poder do Espírito Santo) e ao lado humano (limitação de Maria como virgem) do mistério da Encarnação.

2- A virgindade de Maria marca o início do novo Povo de Deus

Declara Tertuliano: “O Iniciador do novo nascimento devia nascer de forma nova”. Ou seja, a Virgindade de Maria mostra que, assim como Jesus nasceu da Virgem por obra do Espírito Santo, também o povo da Nova Aliança não nasce simplesmente da carne e do sangue, mas nasce virginalmente da Igreja e espiritualmente do Espírito Santo.

É isso que sugere a genealogia de Mateus 1: o velho Povo de Deus (natural) nasce do homem e da mulher e se perpetua por via carnal, enquanto o novo Povo (sobrenatural) provém da Virgem e do Espírito Santo, perpetuando-se mediante a fé.

S. João diz o mesmo: os filhos de Deus *não nasceram do sangue, nem da vontade da carne, nem da vontade do homem, mas sim de Deus* (Jo 1,13).

3- Como Maria, a Igreja gera os filhos de Deus sendo virgem e mãe

Os fiéis são gerados virginalmente pela Igreja, enquanto fecundada pelo Espírito Santo através da Palavra e dos Sacramentos. Daí ser a Igreja ao mesmo tempo virgem (enquanto concebe esta vida como obra do Espírito Santo) e mãe (enquanto gera a vida divina em nós). É o que ensina o Vaticano II, na linha de Sto. Ambrósio e de outros Santos Padres (cf. LG 64).

Isso vale também para os pais terrenos. Eles começam gerando filhos para este mundo. Agora, se querem gerá-los para a Igreja e o Reino, não lhes basta a geração carnal, pois a fé não se transmite com a carga hereditária; precisam ainda gerar os filhos na fé e para a fé. E esse é um parto ao mesmo tempo virginal e espiritual.

4- Cristo veio pelo caminho da virgindade: relativização do sexo

A virgindade não é em absoluto a condenação do sexo, pois esse foi feito pelo Criador e tem sua função própria: a vida e o amor humanos – realidades que a graça pode assumir e elevar (sacramento do matrimônio).

Mas a escolha por Cristo de uma mãe virgem significa certamente a relativização da sexualidade genital. Mostra que esta não tem o poder de conferir a vida nova, espiritual, salvífica, a vida da graça. O sexo é apenas sinal daquela vida mais alta, não seu instrumento. Ora, isto é muito relevante num mundo como o nosso, onde o sexo é idolatrado.

Aliás, também o celibato consagrado (dos Padres e das Irmãs) não é desprezo da sexualidade, mas um modo de assumi-la, relativizando sua mera expressão carnal e superando-a em vista de um amor transgenital, ou seja, agápico de caridade.